

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	31

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5. Riscos de mercado**

**5.1.** Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Segue abaixo os principais riscos de mercado aos quais a ELETROPAR está exposta:

**I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

**II – Risco de crédito das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras das Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

**III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

Considerando a aplicação financeira mantida no fundo extramercado mantida no Banco Brasil cuja meta de rentabilidade é a taxa média da SELIC e que no exercício social de 2010 apresentou receita financeira de R\$ 4.076.

*Análise de sensibilidade*

	Cenário base 7,5%	Cenário Provável 9,0%	Cenário Remoto 3,75%	Cenário Possível 15%
Rendimento das Aplicações Financeiras	4.076	4.891	2.038	8.152

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5. Riscos de mercado**

**5.2.** Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção
- b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)  
Não houve.
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)  
Não houve.
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos  
Não aplicável.
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos  
Não houve.
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos  
Não há.
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada  
Não aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



### 5. Riscos de mercado

**5.3.** Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas



### 5. Riscos de mercado

#### 5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10. Comentários dos diretores****10.1. Os diretores devem comentar sobre<sup>1 2</sup>:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pelo seu baixo endividamento e alta liquidez e rentabilidade, como se identifica a seguir:

	2010	2009
Liquidez Geral	16,73	16,16
Liquidez Corrente	16,73	16,16
Endividamento	1,75%	2,0%
Retorno do Patrimônio Líquido	11,29%	18,06%
Margem Líquida	89,65%	83,45%

No exercício findo em 2010, identifica-se que 98,54% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

Indicadores	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Capital de Terceiros</b>	15,13%	48,60%	51,48%

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>2</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Capital Próprio</b>	<b>84,87%</b>	<b>51,40%</b>	<b>48,52%</b>
------------------------	---------------	---------------	---------------

A ELETROBRAS, cuja participação na capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. Nesse sentido, a ELETROBRAS autorizou em 2010, que a ELETROPAR procedesse à capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela controladora entre os anos de 2000 e 2003.

A variação de 2009 para 2010 na estrutura de capital da ELETROPAR é justificada pela capitalização desses adiantamentos para futuros aumentos de capital.

As informações referentes ao período de 2008 não foram incluídas por não ser possível a comparação devido à utilização de diferente padrão contábil.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Não aplicável.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2010, destaca-se o aumento de 73,45% do Caixa e equivalente de caixa em virtude, principalmente dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das participações societárias mantidas pela Companhia. Adicionalmente, ressalta-se redução dos Ativos fiscais a compensar na ordem de 6,08% decorrente do provisionamento de valores cuja expectativa de realização era incerta.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. Os diretores devem comentar<sup>1 2</sup>:**

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
  - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
  - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Lucro Líquido no exercício de 2010, no valor de R\$ 23.252 mil, equivalente a R\$ 2,14322 por ação, foi superior ao do ano anterior, que atingiu o valor de R\$ 17.199 mil, equivalente a R\$ 1,65517 por ação.

As Receitas Totais de 2010, no montante de R\$ 30.019, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 29,06% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2009, estas no montante de R\$ 23.260.

As Despesas Operacionais em 2010 somaram R\$ 5.854 mil e foram 6,7% superiores às de 2009, estas no valor de R\$ 5.488 mil. No entanto, cabe destacar que em 2010 a Companhia reconheceu provisão para riscos fiscais (conforme nota explicativa às Demonstrações Financeiras nº. 9) no montante de R\$ 1.531. Ao desconsiderarmos tal provisão verificamos uma redução nas despesas operacionais na ordem de 21,22%.

O Resultado Financeiro em 2010, no montante de R\$ 3.995, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou crescimento de 80,61% quando comparado ao apurado no exercício de 2009, cujo valor foi de R\$ 2.212.

---

<sup>1</sup>Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>2</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

- c. eventos ou operações não usuais

Vide itens 10.1, letra "h" e 10.4, letra "a".

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis****b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Considerando que o exercício social de 2010 marcou a introdução das novas práticas contábeis brasileiras, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ratificadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentamos abaixo as principais políticas contábeis aplicadas pela Companhia

**1.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa 3.1.

**1.2. Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*"joint venture"*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

**1.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**1.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**1.4.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

**1.4.1.1. Baixa de ativos financeiros**

O Grupo baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes”

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

**1.4.2. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio****1.4.2.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio**

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Grupo são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

**1.4.2.1.1. Instrumentos de patrimônio**

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

**1.4.2.1.2. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

**1.4.2.1.2.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

**1.4.2.1.2.2. Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**1.5. Remuneração dos investimentos**

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

**1.6. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos ..... 10-15 anos

Direitos de Uso de Software ..... 5 anos

Móveis, utensílios e equipamentos ..... 3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

**1.7. Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções concedidos ao comprador e outras deduções similares.

**1.7.1. Receita de dividendos e juros**

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

**1.8. Provisões**



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**1.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

**1.10. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

**1.11. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**1.12. Apuração do resultado do exercício**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

**1.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**2. CONCILIAÇÃO ENTRE BR GAAP (antigo) E CPCs**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

**(A) Juros sobre capital próprio e dividendos**

De acordo com as antigas práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 7.598 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarados

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

após 1º de janeiro de 2009. Da mesma forma, o montante de R\$ 507 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

**(B) Adiantamentos para futuro aumento de capital**

De acordo com as antigas práticas contábeis adotadas no Brasil, os adiantamentos recebidos pela Companhia para futuro aumento de capital eram apresentados, no balanço patrimonial, como parte do patrimônio líquido. Com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos financeiros - apresentação, verifica-se que tal aporte recebido não possui as características de instrumento patrimonial, pois sua liquidação se dará através de um número variável de ações a serem emitidas pela Companhia. Com isso, o valor de R\$ 62.285 foi reclassificado para o passivo não circulante em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009.

**(C) Avaliação de instrumentos financeiros ao valor justo**

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

**(D) Equivalência patrimonial de investimentos permanentes**

Patrimônio líquido de investida ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPC's nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Item 2.1.1)
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Item 2.1.2)
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Item 2.1.3)
- Efeitos em cada trimestre de 2009 e 2010, em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 (Item 2.1.4)

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases



## 2.1.1 – Reconciliação do balanço patrimonial em 01/01/2009

ATIVO		31/12/2008 BR GAAP	Ajustes para CPC's	Outros ajustes	01/01/2009 Balanço de Abertura - CPC's
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		26.511			26.511
Remuneração dos investimentos		1.063			1.063
Ativos fiscais a compensar		6.521		(4.264)	2.257
Créditos diversos		-			-
Outros		119			119
		<b>34.214</b>	<b>-</b>	<b>(4.264)</b>	<b>29.950</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direitos com empresas cedentes		2.130		(2.130)	-
		<b>2.131</b>	<b>-</b>	<b>(2.130)</b>	<b>-</b>
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO	<b>C/D</b>	93.649	36.700		130.349
Móveis e utensílios		188			188
(-) Depreciação Acumulada		(140)			(140)
		<b>48</b>	<b>36.700</b>	<b>-</b>	<b>48</b>
INTANGÍVEL		-			-
		<b>95.828</b>			<b>130.397</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>130.042</b>	<b>36.700</b>	<b>(6.394)</b>	<b>160.347</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Remuneração aos acionistas	<b>A</b>	10.818	(7.598)		3.220
Contas a pagar - Eletrobrás		391			391
Tributos e contribuições sociais		182			182
Obrigações estimadas		17			17
Outros		46			46
		<b>11.454</b>	<b>(7.598)</b>	<b>-</b>	<b>3.856</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Obrigações com empresas cedentes		1			1
Imposto de Renda e Contrib. Social diferidos	<b>C</b>	-	16.405		16.405
Adiantamentos para futuro aumento de capital	<b>B</b>	-	62.285		62.285
		<b>1</b>	<b>78.690</b>	<b>-</b>	<b>78.691</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social		55.769			55.769
Reserva de Lucros		533			533
Ajuste de Avaliação Patrimonial	<b>C</b>	-	31.846		31.846
Dividendo Adicional Proposto	<b>A</b>	-	7.598		7.598
Prejuízos Acumulados	<b>D</b>	-	(17.946)		(17.946)
		<b>56.302</b>	<b>39.443</b>		<b>77.799</b>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		62.285	(62.285)		-
		<b>118.587</b>	<b>(22.842)</b>	<b>-</b>	<b>77.799</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PAT. LÍQUIDO</b>		<b>130.042</b>	<b>48.251</b>	<b>-</b>	<b>160.347</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases



## 2.1.2 – Reconciliação do balanço patrimonial em 31/12/2009

ATIVO		31/12/2009 BR GAAP	Ajustes para CPC's	31/12/2009 CPC's
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		33.829		33.829
Remuneração dos investimentos	<b>A</b>	3.212	(1.972)	1.240
Ativos fiscais a compensar		806		806
Créditos diversos		753		753
Outros		280		281
		<b>38.880</b>	<b>(1.972)</b>	<b>36.909</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
INVESTIMENTOS	<b>C/D</b>	82.097	66.224	148.321
<b>IMOBILIZADO</b>				
Móveis e utensílios		199		199
(-) Depreciação Acumulada		(149)		(149)
		50	66.224	50
INTANGÍVEL		1		1
		<b>82.148</b>	<b>66.224</b>	<b>148.372</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>121.028</b>	<b>64.252</b>	<b>185.281</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Remuneração aos acionistas	<b>A</b>	1.475	(507)	968
Contas a pagar - Eletrobrás		724		724
Tributos e contribuições sociais		145		145
Obrigações estimadas		12		12
Outros		49		49
		<b>2.405</b>	<b>(507)</b>	<b>1.898</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de Renda e Contrib. Social diferidos	<b>C</b>	-	25.857	25.857
Adiantamentos para futuro aumento de capital	<b>B</b>	-	62.285	62.285
		-	88.142	<b>88.142</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social		55.769		55.769
Reserva de Lucros		569		569
Ajuste de Avaliação Patrimonial	<b>C</b>	-	50.193	50.193
Dividendo Adicional Proposto	<b>A</b>	-	507	507
Prejuízos Acumulados	<b>D</b>	-	(11.797)	(11.797)
		56.338	50.700	95.241
Adiantamentos para futuro aumento de capital		62.285	(62.285)	-
		<b>118.623</b>	<b>(11.585)</b>	<b>95.241</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PAT. LÍQUIDO</b>		<b>121.028</b>	<b>76.050</b>	<b>185.281</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****2.1.3 – Reconciliação da demonstração de resultado em – 31/12/2009**

	2009 BR GAAP	Ajustes para CPC's	2009 CPC's
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Dividendos	A 14.735	459	15.194
Juros sobre capital próprio	920	-	920
Resultado de Participações societárias	A/D 5.202	(706)	4.496
	20.857	(247)	20.610
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal/Honorários	2.615	-	2.615
Materiais e Produtos	87	-	87
Viagens, Condução e Treinamento	52	-	52
Serviços de Terceiros	447	-	447
Propaganda e Publicidade	325	-	325
Tributos e Contribuições	538	-	538
Aluguel, Condomínio e IPTU	64	-	64
Provisões Operacionais	7.454	(6.394)	1.060
Perda na variação de participação societária	226	-	226
Outras	74	-	74
	11.882	(6.394)	5.488
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>8.975</b>	<b>-</b>	<b>15.123</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Receitas financeiras	2.650	-	2.650
Despesas financeiras	(438)	-	(438)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.212</b>		<b>2.212</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>11.187</b>		<b>17.335</b>
Imposto de renda e Contribuição social	(136)	-	(136)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.051</b>		<b>17.199</b>

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 contém as seguintes ressalvas:

*"Conforme descrito na nota explicativa 7, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contabilizou provisão para perda na realização de créditos fiscais decorrentes do imposto de renda retido na fonte dos dividendos recebidos relativos ao exercício de 1995. Esta provisão para perda deveria ter sido registrada em períodos anteriores. Consequentemente, o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2009 está apresentado a menor em R\$ 4.264 mil.*

*Conforme descrito na nota explicativa 8, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou o ajuste da aplicação do método de*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*equivalência patrimonial, correspondente à data base de 31 de dezembro de 2008, em contrapartida de lucros acumulados no Patrimônio Líquido, como um ajuste de exercícios anteriores, sem efetuar a reapresentação dos saldos apresentados para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, nos termos da NPC - Normas e Procedimentos de Contabilidade nº 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Instrução CVM nº 469/2008. Caso a Companhia tivesse efetuado a reapresentação do saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008, esse teria sido diminuído em R\$ 10.339 mil, sendo o resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 de R\$ 7.881 mil."*

Adicionalmente, contém os seguintes parágrafos de ênfase:

*"As demonstrações financeiras da empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reembolso referente aos gastos com o plano de complementação de aposentadoria pela Lei nº 4.819/1958. A administração da empresa coligada, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado e, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da empresa nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano*

*As demonstrações financeiras da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 19 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado à continuidade normal dos negócios. A empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados no exercício de 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A administração da empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 599.450 mil em 31 de dezembro de 2009, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas*



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos nem quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.”*

Quanto às ressalvas apresentadas, a Administração tece os seguintes comentários:

A classificação dos créditos fiscais decorrentes do imposto de renda retido na fonte dos dividendos recebidos relativos ao exercício de 1995 no ativo circulante se manteve, em exercícios anteriores, em razão do entendimento de que, em face das possibilidades de êxito na homologação dos pedidos de compensação pela Receita Federal, ainda sob exame na esfera administrativa, e sujeita, outrossim, à fase judicial, na eventualidade de não reconhecimento do direito em questão não se estaria diante de um clássico caso de registro de ativo contingente, a ensejar uma recomendação de baixa ou constituição de provisão redutora\retificadora do saldo da rubrica “Ativos Fiscais a Compensar”. Contudo, face à incerteza e à longevidade do processo, à luz da estrutura conceitual básica da contabilidade em vigor por pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a administração optou por provisionar o correspondente valor.

O registro do ajuste da aplicação do método de equivalência patrimonial como ajuste de exercícios anteriores ocorreu porque os investimentos na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP e na Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE eram avaliados, pela ELETROPAR, com base em seu valor de aquisição conforme a prática contábil então vigente. De acordo com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09 e em consonância com a nova redação da Instrução CVM 247/96, essas participações passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (a partir do primeiro trimestre de 2009).

O critério de avaliação contábil dos investimentos foi alterado pelo fato de que, com base no novo ordenamento contábil vigente, a Companhia controladora da ELETROPAR, a ELETROBRÁS, também detém participação no capital das empresas já mencionadas no quadro anterior e avalia esses investimentos pelo método da equivalência patrimonial. Por esse motivo, a ELETROPAR, ao possuir participação nas mesmas Companhias investidas de sua controladora, aplica o mesmo critério de avaliação contábil utilizado pela ELETROBRÁS.

Quanto aos parágrafos de ênfase, a Administração tece os seguintes comentários:

No que tange os parágrafos de ênfase sobre as coligadas CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia, a Administração reitera os comentários realizados em relação às mesmas ênfases constantes do parecer dos auditores independentes para o exercício findo em 2009.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e o referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não contém ressalvas ou ênfases.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5.** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6.** Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Eletropar para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis possuem um grau bom de eficiência, com poucas imperfeições já detectadas e em fase de correção.

As imperfeições constatadas tratam da ausência de procedimento mensal formal para obtenção de informações referentes a:

- a) informações financeiras das empresas coligadas;
- b) apuração e atualização monetária dos depósitos judiciais;
- c) informações sobre a folha de pagamento dos requisitados para garantir o reconhecimento adequado das provisões de folha de pagamento.

Para correção das imperfeições acima, a Eletropar está providenciando a criação de procedimentos formais e adequados para a obtenção tempestiva das informações necessárias.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Deficiências	Recomendações	Comentários e medidas adotadas pela Administração
Ausência de procedimento periódico de obtenção das informações financeiras das empresas coligadas.	Solicitar as informações financeiras mensais mínimas (demonstração das mutações do patrimônio líquido) para apuração da posição patrimonial na mesma data-base. No encerramento do trimestre, solicitar as informações financeiras para fins de divulgação (informações trimestrais - ITRs acompanhadas de relatório de revisão especial dos auditores independentes).	Nosso protocolo de recebimento de informações contábeis das coligadas (CTEEP e EMAE), que são avaliadas por equivalência patrimonial, apesar de termos participação mínima no capital dessas empresas, passa por nossa controladora (ELETROBRAS), cuja participação em tais investidas é maior, fato que lhe confere influência significativa sobre a administração de tais empresas. As demais participações não configuram como nossas coligadas. São participações minoritárias, as quais são avaliadas ao seu valor de custo, conforme regras contábeis em vigor. Nesse sentido, criaremos mecanismos formais de solicitação à ELETROBRAS das informações contábeis das investidas avaliadas por equivalência patrimonial.
Ausência de procedimento de apuração e atualização monetária dos depósitos judiciais.	Obter demonstrativo dos depósitos judiciais atualizados junto às instituições financeiras custodiantes e confrontar a posição das instituições financeiras com o cálculo efetuado pela Companhia a fim de identificar divergências e sendo aplicável,	Foram implementados os procedimentos para realização de apuração e atualização monetária dos depósitos judiciais.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**


---

ajustar a fim de que os saldos estejam adequadamente demonstrados.

---

Ausência de procedimentos operacionais para o recebimento das informações sobre folha de pagamento dos colaboradores requisitados.

Adotar procedimentos operacionais a fim de garantir o reconhecimento adequado das provisões de folha de pagamento dos colaboradores cedidos à Companhia no período de competência refletindo adequadamente os saldos divulgados em suas demonstrações financeiras.

A administração está tomando as providências necessárias para regularização dessa situação.

---

Valores a pagar em aberto há mais de 365 dias.

Embora não existam penalidades de atraso refletidas no contrato, os saldos a pagar referem-se a uma empresa do grupo, ainda assim, sugerimos que a administração regularize a situação dos pagamentos junto a Eletrobras a fim de que os saldos das demonstrações contábeis e os índices financeiros reflitam adequadamente as operações da Companhia.

A administração está tomando as providências necessárias para regularização dessa situação.

---

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Comentários/itens não evidenciados**

**10.7.** Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar<sup>1</sup>:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8.** Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando<sup>1</sup>:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos  
Não há.
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos  
Não há.
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços  
Não há.
  - iv. contratos de construção não terminada  
Não há.
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos  
Não há.
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras  
Não há.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9.** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.